

## **O discurso de resistência em Carlos Drummond e Guimarães Rosa**

Josyane Malta Nascimento

La verdad tiene la estructura de una ficción donde otro habla. (...). La literatura sería el lugar en el que siempre es otro el que viene a decir. "Yo soy otro". (Ricardo Piglia)

Para melhor compreensão desse trabalho, faz-se necessário esclarecer alguns pontos da psicanálise acerca da concepção freudiana de civilização. Não pretendendo definir conceitos, procuraremos, antes, investigar como Freud concebeu as relações do indivíduo com a sociedade civilizada, ao questionar-se por que seria tão difícil para nós sermos felizes. Freud, inicialmente, indica algumas possibilidades para as causas desse nosso sofrimento.

As regras que ajustam os relacionamentos sociais são, segundo Freud observa que o homem assume uma postura muito diferente. Vejamos suas considerações:

Quanto à terceira fonte, a fonte social de sofrimento, nossa atitude é diferente. Não a admitimos de modo algum; não podemos perceber por que os regulamentos estabelecidos por nós mesmos não representam, ao contrário, proteção e benefício para cada um de nós. (FREUD, 2002, p. 37)

Freud constata que apesar do homem ter criado as regras que constituem a vida social, esse mesmo homem não se sente beneficiado ou protegido por elas. Dessa forma, Freud compreende que a civi-

lização é responsável pela infelicidade dos homens e “em grande parte responsável por nossa desgraça e que seríamos muito mais felizes se a abandonássemos e retornássemos às condições primitivas.” (FREUD, 2002, p.38).

O retorno ao primitivo estaria relacionado aos impulsos originais que o homem preserva em sua estrutura instintiva básica. Quando, porém, a realidade externa – as forças que a cultura e o homem civilizado impõem – reprime essa estrutura instintiva conceituada por Freud como o *princípio de prazer*, o objetivo primário responsável pela satisfação das necessidades imediatas é abandonado. Citemos os estudos de Herbert Marcuse em suas leituras de Freud:

A civilização começa quando o objetivo primário - isto é, a satisfação integral de necessidades - é abandonado. As vicissitudes dos instintos são as vicissitudes da engrenagem mental na civilização. Os impulsos animais convertem-se em instintos humanos sob a influência da realidade externa. (MARCUSE, 1981, p. 33).

A conversão dos instintos animais em instintos humanos, citada por Marcuse, é o que se denomina o *princípio de realidade*: o indivíduo, frente às imposições culturais da civilização, reprime a sua natureza. É, portanto, da realidade exterior, das forças de domínio e progresso e da necessidade de relacionar-se com o mundo, que emerge o princípio de realidade.

A origem de toda essa repressão estaria na infância, em que a identidade da criança mantém uma *herança arcaica*, ou seja, primitiva, que se constitui através dos prazeres imediatos. Quando, porém, a

criança começa a perceber o mundo sob o princípio da realidade, essa identidade é substituída pela necessidade de relacionar-se socialmente

Esses dois princípios conceituados como *prazer e realidade* marcam a história do homem civilizado, pois como Freud observou, a civilização é a grande fonte do nosso sofrimento, devido à necessidade de a vida social superar os objetivos primários. A essa hostilidade para com a civilização, Freud atribuiu certos acontecimentos históricos. Ele não se julga capaz de remontar as origens desses acontecimentos, mas aponta os acontecimentos penúltimo e último.

O último acontecimento seria quando o homem tomou conhecimento dos mecanismos das neuroses. Descobriu-se que a neurose desenvolve-se no indivíduo pelo fato de ele não suportar que a sociedade imponha padrões culturais e, portanto, de comportamento. O penúltimo - e que terá maior relevância em nosso trabalho - Freud atribuiu às viagens de descobrimento. Vejamos as suas considerações:

A penúltima dessas ocasiões se instaurou quando o progresso das viagens de descobrimento conduziu ao contacto com os povos e raças primitivos. (...) eles apareceram aos europeus como se levassem uma vida simples e feliz, com poucas necessidades, um tipo de vida inatingível por seus visitantes com sua civilização superior. (FREUD, 2002, p. 38-9).

Como Freud observou, os europeus compreenderam os “povos primitivos” como povos que levavam uma vida simples que não carecia das necessidades do mundo civilizado, da então “civilização

superior”, que sofria das “exigências culturais” do velho mundo. Se essas exigências culturais e sociais criam uma hostilidade do indivíduo para com a civilização – uma vez que o primitivo e a liberdade despertam no homem o desejo de retorno às origens – podemos pensar, nesse sentido, que o civilizado e o primitivo são estabelecidos em uma relação de poder e domínio.

Se pensarmos os verbos que até aqui empregamos: “imposição”, “domínio”, “superação”, “renúncia” e “adaptação”, fatalmente nos depararemos com as relações de poder. É nesse sentido que podemos visar a uma reflexão sobre os mecanismos de domínio que operam sobre o indivíduo. Com as imposições culturais já mencionadas, o sujeito adapta a sua identidade primitiva, portanto original, deslocando-a para as convenções sociais impostas.

Através das representações da literatura e de questões propostas pela crítica cultural, procuraremos refletir sobre as relações de poder que operam entre a civilização e o sujeito que se submete aos padrões sociais. Como subsídio literário, selecionamos o poema “Banho de bacia” e o conto “As margens da alegria”, respectivamente das obras *Boitempo*, de Carlos Drummond de Andrade, e *Primeiras Estórias*, de Guimarães Rosa. A partir dessas obras, pensaremos o discurso da infância como possível discurso de resistência ao poder.

Pensar os processos primários presentes na criança, leva-nos a refletir sobre a perda da infância compreendida como resultado da imposição cultural e conseqüente submissão às instâncias sociais de

poder. Sendo assim, poderemos considerar o discurso da criança como qualquer discurso periférico, “excluído” do sistema cultural dominante na civilização: o estrangeiro, por exemplo, que renuncia a sua cultura e/ou a sua língua para se adequar e ser aceito nas sociedades dominantes; ele como a criança também perde as suas origens, pois como já observamos, é a partir da necessidade de relacionar-se com o meio social que emerge o princípio da realidade. Mas antes de abordarmos outras instâncias sociais periféricas, vejamos o discurso da criança:

No poema “Banho de bacia” é possível perceber a voz da criança em confronto com a do adulto, que pode ser entendida como um discurso de poder, portanto. Recorramos ao poema: o menino vai tomar esse banho de bacia mas acha a água quente o bastante para não entrar. O adulto, responsável pelo banho da criança, porém, não considera a água que está “pelando”: “Água tá pelando! Mas quem ouve o grito / deste menino condenado ao banho? / Grite à vontade”. (ANDRADE, 2001, p. 94)

Ao refletirmos sobre o “grito” do menino que não é ouvido, percebemos que a voz dessa criança é excluída. Sua voz não é ouvida pelo adulto. O adulto aparece como um reflexo dos discursos de domínio. Ninguém ouvirá o menino. Sua voz não conta e não é tampouco considerada. O menino, então, aceita “a prisão de água”, mas não sente-se completamente prisioneiro, na verdade. Vejamos por que:

O mundo é estreito. Uma prisão de água  
envolve o ser, uma prisão redonda.  
Então me faço prisioneiro livre.  
Livre de estar preso. Que ninguém me solte

deste círculo de água, na distância  
de tudo mais. O quarto. O banho. O só.  
O morno. O ensaboado. O toda-vida.  
(ANDRADE, 2001, p.94)

“O mundo é estreito”, fala a voz do menino. Talvez poderíamos ousar tentar uma hipótese de interpretação: não queria esse menino dizer que o **seu** mundo é estreito?. “É uma prisão de água que envolve o ser”, diz ele. Se quisermos tentar compreender essa “prisão de água”, é preciso que não nos limitemos a entendê-la apenas no plano literal. A prisão de água é a vida do menino, o “ser menino”, não a vida dos outros. A criança é prisioneira, sim. Mas “prisioneira livre” por estar presa em seu próprio mundo, distante do mundo do outro, à margem do discurso do adulto. O “só”: a solidão de sua voz excluída pelo discurso dominante.

Em se tratando de um poema de Carlos Drummond, através desse discurso “à margem de”, dessa voz “só”, é fatal que nos lembremos do *gauche no tempo* (SANT'ANNA, 1972, p. 31), à margem desde o nascimento: “Quando nasci, um anjo torto / desses que vivem na sombra / disse: Vai, Carlos! Ser *gauche* na vida” (ANDRADE, 1973, p. 3). Se pensarmos o intelectual – entendamos por intelectual todo aquele que reflita através da crítica ou da performance artística – poderemos compreender o *gauchismo* em Drummond como elemento de resistência social. No caso do poema “Banho de bacia”, a criança é o próprio *gauche*, à esquerda, à margem do discurso dominante. O intelectual, ainda que seja um adulto, compreen-

de sua condição deslocada e “fala” através da criança. O discurso de resistência de uma infância que não se perdeu: “Podem reclamar, / podem arrombar / a porta. Não me entrego / ao dia e seu dever” (ANDRADE, 2001, p. 94).

A forma de resistência da criança ao adulto, inscrita nas linhas do poema de Drummond, pode ser lida como uma forma de o intelectual dar voz ao oprimido, àquele que se vê estrangeiro de um mundo, entre dois mundos na verdade, o seu e o do outro. Da inquietação do intelectual frente às relações de domínio, àquela hostilidade para com a civilização a que Freud se referiu, é que poderíamos pensar a voz do sujeito dominado.

Mas esses discursos periféricos, excluídos pela realidade exterior nas relações culturais da civilização, poderiam eles ganhar voz quando o intelectual os representa? Não pretendemos apenas parafrasear a famosa pergunta de Spivak “Can the Subaltern Speak?”, antes pretendemos refletir acerca das representações do Sujeito dominado. Para tentarmos pensar essa questão, recorreremos a John Beverley, quando ele reflete também sobre essas relações de poder.

Beverley, no ensaio “Post-literatura: Sujeito subalterno e impase de las humanidades”, recorre à pergunta de Spivak: “Can the Subaltern Speak?”. Beverley menciona a autobiografia de Ricardo Rodríguez, filho de uma família mexicana que reside nos Estados Unidos. Rodríguez escreve em inglês, e denuncia que a socialização do estrangeiro estabelece-se a partir do momento em que ele abando-

na a sua língua materna para submeter-se à língua dominante do outro país:

Para Rodríguez, el language público de la autoridad y el poder en los Estados Unidos es el inglés; la ley del padre que impone la castración simbólica obligatoria para la socialización del sujeto es la necesidad de abandonar el language materno. (BEVERLEY, 1997, p.134-5)

Com relação à menção de Berverley ao “pai primordial”, é necessário que façamos uma breve digressão acerca do assunto. Voltemos a esclarecer alguns conceitos freudianos: o pai primordial seria considerado, segundo Freud, o arquétipo da dominação, que desencadearia a servidão como fato recorrente da história da civilização. A noção de grupo estaria estabelecida a partir do domínio de um indivíduo, o pai, sobre outros. O pai possuiria as mulheres do grupo e com elas geraria outros filhos. O prazer estaria concentrado no membro do grupo que deteria o poder, enquanto para os filhos restaria apenas o trabalho. Os filhos ficavam, portanto, isentos de quaisquer atividades que os atrapalhasse a exercer o labor, o trabalho desagradável, porém necessário. A partir de então, o homem civilizado estaria regido sob o signo da repressão e da dominação.

A repressão da gratificação das necessidades instintivas, impostas pelo pai, a supressão do prazer, não foi, portanto, um resultado apenas da dominação, mas criou também as precondições mentais que eram propícias ao *contínuo funcionamento* da dominação. (MARCUSE, 1981, p.70)



Marcuse, portanto, entende que o pai primordial configurou não apenas o domínio, mas também instaurou a dominação como princípio (re)corrente em nossa civilização.

Diante dessas considerações, voltemos às reflexões de John Beverley: a Ricardo Rodríguez é imposta a língua inglesa como condição para que ele possa conviver na sociedade do outro. Mas é através da apropriação dessa língua imposta, que Rodríguez, em sua autobiografia, consegue falar ao público norte-americano acerca da necessidade de integrar o estrangeiro, em especial os hispano-americanos, na cultura dominante. A literatura poderia, então, ser considerada um instrumento de poder: “Su medro social se debe sobre todo a su apropiación de la literatura como discurso de poder” (BERVELEY, 1997, p. 134). Dessa forma, podemos entender que a literatura, em sua condição de discurso de poder, possibilita que o oprimido seja ouvido.

Nesse sentido, o “pai”, como símbolo de detenção do poder, poderia ser questionado. Até que ponto a literatura poderia subverter as relações de domínio: prazer e realidade, colônia e metrópole, criança e adulto, entre outros pares que representam as relações de poder? A representação desses discursos poderia ser entendida como um mecanismo de resistência? É necessário que retornemos à criança para pensarmos essas questões.

No conto “As margens da alegria”, que integra o livro *Primeiras estórias*, podemos compreender a relação da criança com as instâncias culturais dominantes. O menino viaja com os tios para onde

seria erguida “a grande cidade”. No decorrer da viagem, a criança é motivada pela satisfação de descoberta das coisas novas: “a satisfação antes da consciência das necessidades” (ROSA, 1962, p. 3). Ao primeiro contato com o lugar, tudo parecia mágico e novo. Vejamos as primeiras impressões do menino:

A grande cidade apenas começava a fazer-se, num semi-êrmo, no chapadão. A mágica monotonia, os diluídos ares. O campo de pouso ficava a curta distância da casa - de madeira, sôbre as estações, quase penetrando na mata. O **Menino** via, vislumbrava. (...). Êle queria poder ver ainda mais vívido – as novas tantas coisas – o que para seus olhos se pronunciava (sic). (ROSA, 1962, p. 4, grifo meu).

Julgamos necessário grifar a palavra em questão, a fim de chamarmos a atenção para a letra maiúscula. Por que a palavra menino seria tratada como um substantivo próprio? Deixemos, por enquanto, essa questão de lado, a fim de discuti-la adiante.

No decorrer do conto, tudo era, aos olhos do menino, novidade. Na casa em que todos ficavam, a casa de madeira, mais um espanto da descoberta: um peru, ave até então desconhecida pelo menino: “Senhor! Quando avistou o peru [...]. O peru, imperial, dava-lhe as costas, para receber sua admiração. [...]. Belo, belo! Tinha qualquer coisa de calor, poder e flor, um transbordamento. Sua ríspida grandeza toniturante”. (ROSA, 1962, p. 4).

Mas tanta fantasia e encantamento durou pouco. Seus tios mataram o peru para o jantar: a criança frente a uma realidade diferente

da sua. Outra realidade, senão a sua, havia invadido a inocência do menino.

Tudo perdia a eternidade e a certeza; num lufo, num átimo, da gente as mais belas coisas se roubavam. Como podiam? Por que tão de repente? (...). O peru – seu desaparecer no espaço. Só no grão nulo de um minuto, o Menino recebia em si um miligrama de morte. (ROSA, 1962, p. 6)

Após esse episódio, ao voltar ao local onde se trabalhava para construir a grande cidade, o menino projetava um olhar diferente sobre o espaço a ser urbanizado. Tudo era tão real e sem fantasia. O menino havia perdido a alegria e as imagens do progresso o incomodavam:

Mal podia com o que agora lhe mostravam, na circuntristeza: o horizonte, homens no trabalho de terraplanagem, os caminhões de cascalho, as vagas árvores, um ribeirão de águas cinzentas, o velame-do-campo apenas uma planta desbotada, o encantamento morto e sem pássaros, o ar cheio de poeira. Sua fadiga, de impedida emoção, formava um mêdo secreto: descobria o possível de outras adversidades, no mundo maquinal, no hostil espaço; e que entre o contentamento e a desilusão, na balança infidelíssima, quase nada medeia. Abaixava a cabecinha (sic). (ROSA, 1962, p. 6).

O menino revela tristeza pela perda da realidade que, inicialmente, o rodeou. O cenário que ele avista traz diferentes problemas, novas adversidades que ele desconhecia. Outras adversidades, portanto, diferentes daquelas que ele conhecia, eram possíveis.

Poderíamos compreender a realidade da infância, em relação à realidade exterior, à margem, como o próprio título nos conduz. A alegria, antes, residia no Menino, o sujeito tomado pela não consciência da civilização. Mas como poderíamos pensar essa alegria entre dois mundos: o da criança e o do adulto? Não seria a felicidade margeada pelo domínio? Como Freud considerou, todos temos essa hostilidade para com a civilização. O menino como estrangeiro, incomodado e incapaz de mudar a nova realidade, nada mais pode fazer além de substituir a felicidade que antes sentia:

Voava, porém, a luzinha verde, vindo mesmo da mata, o primeiro vagalume. Sim, o vagalume, sim, era lindo! – tão pequenino, no ar, um instante só, alto, distante, indo-se. Era, outra vez em quando, a Alegria. (ROSA, 1962, p. 7)

A substituição da felicidade, antes perdida pelo confronto da criança com a realidade, não impediu o menino, contudo, de ainda perceber o mundo sob a ótica da infância. A alegria foi de alguma forma restituída quando o menino descobre o vaga-lume. E assim como no poema “Banho de Bacia”, o conto de Rosa expressa o “ser criança” como resistência às imposições culturais.

Faz-se inevitável, portanto, que percebamos o princípio de domínio da realidade sobre a infância. Em ambos os textos estudados, lemos que a criança, ainda que resista às forças sociais, posiciona-se à margem das imposições do discurso de dominação. Ela é estrangeira de seu próprio mundo: a aporia de duas realidades inscri-

tas nas relações de poder que a civilização compreende: o dominado e o dominador, o centro e a periferia.

Voltando à questão colocada, sobre o Menino com letra maiúscula, pensemos numa hipótese: não seria esse Menino uma representação do discurso dos excluídos? Pensando assim, poderíamos arriscar, dizer que o texto literário pode representar a voz do oprimido, seja representando a criança, seja no discurso do estrangeiro. Ninguém ouve os “Meninos”, mas podemos lê-los.

Para fins de reflexão, nossa breve investigação, deixa algumas reflexões acerca das relações de poder, inscritas nas diversas instâncias sociais. Destacamos, aqui, representações da infância na literatura, concebendo a voz da criança como estrangeira de seu próprio mundo: *a criança estrangeira*. Dessa forma, pudemos verificar as possibilidades de a literatura representar o oprimido: os discursos excluídos do sistema cultural dominante.

A concepção da criança sob a ótica do estrangeiro possibilitou-nos inserir nessa discussão os estudos de Freud. A hostilidade dos homens para com a civilização não poderia ser comparada ao mesmo mal-estar de que sofre o estrangeiro e a criança frente às instâncias dominantes? Teria a literatura poder para representar o outro e dessa forma dar voz ao oprimido? Quem sabe, então, poderíamos novamente recorrer a Beverley: ele propõe uma “democratización relativa de nuestro campo”: por democratização do nosso campo se entende que o poeta também pode fazer discursos de explicação das relações – de poder – entre literatura e sociedade, e não somente o crítico e o

professor: solidariamente conceber a literatura como um instrumento político.

Poderíamos, talvez, pensar a literatura como a Terra-do-nunca de Peter Pan: através dela haveremos de ser sempre crianças, conservaremos nossas origens e não nos curvaremos para a infelicidade que a civilização nos impõe. A literatura dá voz a todos os “meninos perdidos”, estrangeiros de um mundo que não os ouve. Vozes que se inscrevem no poético, na ficção. Pensemos, por fim, a literatura, assim como Guimarães Rosa concebeu o sertão: veredas.

## Referências Bibliográficas

ANDRADE, Carlos Drummond de. Alguma poesia. **In:** Reunião (10 livros de poesia). 4. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

\_\_\_\_\_. Boitempo I. 6.ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

BEVERLEY, John. Post-literatura: Sujeto subalterno e impase de las humanidades. **In:** Una modernidad obsoleta: estudios sobre el barroco. Caracas: Fondo editorial ALEM, 1997.

FREUD, Sigmund. O mal-estar na civilização. Trad. ABREU, José Octávio de Aguiar. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

MARCUSE, Herbert. Eros e civilização – uma interpretação filosófica do pensamento de Freud. Trad. CABRAL, Álvaro. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ROSA, João Guimarães. Primeiras estórias. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. Drummond, o gauche no tempo. Rio de Janeiro: Lia, 1972.